



Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Mônica Vilaça da Silva**

**ENFRENTAR CERCAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA O ACESSO À  
TERRITÓRIOS DE TRABALHO: a reivindicação do comum por catadoras de  
mangaba**

**Bolsa Solicitada:** Doutorado

**Instituição:** Universidade Federal da Paraíba

**Centro:** Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

**Programa:** Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Informações da estudante:**

Mônica Vilaça da Silva – Mestra e Doutoranda em Sociologia.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9550700317545395>

**Informações do Orientador:**

Professor Roberto Vêras de Oliveira – Doutor em Sociologia

Professor Associado do *Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia* do *Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes*

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3105734658276566>

Endereço Profissional: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas

Letras e Artes - Campus I. Cidade Universitária - João Pessoa, PB - Brasil. CEP: 58051900

Telefone: (83) 32167141



## **RESUMO**

Este projeto de pesquisa apresenta como proposta analisar as práticas de trabalho extrativista das catadoras de mangaba em Sergipe ante os conflitos territoriais que colocam em risco seus territórios de trabalho. Estes conflitos decorrem do fato de que os territórios de trabalho destas comunidades estão em espaços privados e públicos implicando numa sobreposição de territórios, sentidos e experiências. Considero aqui que as especificidades do trabalho extrativista reivindicam modos de vida que questionam e enfrentam as dimensões éticas e morais subjacentes ao trabalho e a economia capitalista, produzindo e mobilizando compreensões do comum enquanto relações sociais, bens e princípios políticos.

## **INTRODUÇÃO**

Neste projeto de pesquisa proponho-me a discutir, a partir da experiência das Catadoras de Mangaba de Sergipe, as relações sociais envolvidas nas práticas de trabalho extrativista ante os cercamentos público e privado dos territórios de trabalho desta comunidade tradicional. Esta investigação busca somar-se ao conjunto de pesquisas que instam compreender e analisar as transformações e novas dinâmicas estabelecidas para a efetivação do trabalho. Assim, considerando aqui as especificidades do trabalho extrativista realizado por uma comunidade tradicional composta por mulheres, que reivindica modos de vida que questionam e enfrentam as dimensões éticas e morais subjacentes ao trabalho e à economia capitalista, utilizarei referenciais teóricos da economia solidária, da crítica feminista e dos comuns.

Indagar esta dimensão do trabalho decorre de um desenvolvimento de problemas que têm mobilizado minha caminhada intelectual. Na experiência mais recente de trabalho que desenvolvi no Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste – CFES-NE<sup>1</sup> debruicei-me sobre as práticas de trabalho na economia solidária. Os princípios políticos<sup>2</sup> da economia solidária estabelecem uma vivência do trabalho e organização econômica que se estruturam e persistem na manutenção e construção de territórios econômicos de insubordinação aos princípios que conformam de forma hegemônica as transformações do

---

<sup>1</sup> Atuei como Coordenadora pedagógica no período de 2011 a 2017 no CFES/NE, projeto da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE, executado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

<sup>2</sup> A organização do trabalho na economia solidária reivindica o uso de princípios, como a cooperação, a associação, a solidariedade e a autogestão, em sua organização.



trabalho no capitalismo. Durante este período de trabalho estabeleci contato com as catadoras de mangaba em Sergipe. Junto a elas realizei diversas atividades educativas.

Discutir os princípios que se constroem na experiência de trabalho da economia solidária levou-me no mestrado a refletir como estes princípios mostravam-se estratégicos para a organização econômica das mulheres. Assim, minha dissertação buscou compreender a articulação dos sentidos assumidos por estes princípios, enquanto valores morais e éticos, com as demais experiências de trabalho realizadas pelas mulheres. Propus compreender o trabalho na economia solidária como uma forma de ‘reprodução ampliada da vida’ (CORAGGIO, 2009), ‘uma produção do viver em sociedade’ (HIRATA, ZARIFIAN, 2009), ‘sistemas de vida que não seccionam as relações econômicas das relações sociais e não se moldam segundo princípios utilitaristas’ (LAVILLE, J.-L, GAIGER, L. I., 2009), uma experiência de circuito amplo que considera a relação e interdependência de diferentes trabalhos necessários para a reprodução da vida e que são desenvolvidas sob distintas relações sociais (CARRASCO, 2014).

Compreender estes valores subjacentes às práticas de trabalho realizadas em outras conformações econômicas podem contribuir para ampliarmos as fronteiras quanto aos sentidos produzidos pelas trabalhadoras em contextos de enfrentamentos e resistências em dinâmicas econômicas insubordinadas, assim como aprofundar compreensões quanto as produções subjetivas oriundas destes contextos específicos. Assim propor esta experiência busca permitir uma análise que compreenda os processos de trabalho vivenciados por mulheres, no enfrentamento ao cercamentos de seus territórios, e os aspectos subjetivos mobilizados. Vou apresentar brevemente na justificativa as principais características desta comunidade tradicional buscando dar relevo aos aspectos que contribuem com as questões deste projeto de investigação.

## **JUSTIFICATIVA E REVISÃO DE LITERATURA**

Os povos e comunidades tradicionais ocupam no Brasil cerca de 1/4 do território nacional e correspondem a 5 milhões de famílias (EMBRAPA, 2015, p. 10). O Decreto nº 6040 de 2007<sup>3</sup> define povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados,

---

<sup>3</sup> BRASIL. Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)



que se reconhecem como tais, e possuem estratégias próprias de organização social. Estes povos e comunidades ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução e manutenção cultural, social, religiosa, ancestral e econômica compreendendo estes territórios como espaços necessários para sua manutenção e reprodução, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

As catadoras de mangaba compõem uma comunidade tradicional, nomeada e reconhecida por legislação específica no estado de Sergipe<sup>4</sup>, e estão presentes em cerca de 24 povoados, distribuídos em 7 municípios do Estado de Sergipe<sup>5</sup>. A coleta ou 'cata' da mangaba é uma atividade desenvolvida principalmente por mulheres para alimentar as famílias e para a comercialização. Hoje os frutos são beneficiados em doces, compotas, biscoitos, bolos e são comercializados coletivamente pelos povoados em pequenas lojas e programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA<sup>6</sup> e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE<sup>7</sup>. A mangaba é um fruto que pode ser encontrado do Norte até o Sudeste do país, tendo sua maior área preservada em Sergipe, sendo também neste estado que encontramos a maior organização de mulheres catadoras. As mulheres passaram a se organizar em Sergipe no Movimento de Catadoras de Mangaba a partir de 2007, principalmente em resposta às dificuldades de acesso aos territórios da mangaba.

As mangabeiras são árvores de restinga localizadas em áreas litorâneas públicas e privadas, assim, a ação extrativista tem acontecido em áreas de livre acesso, cada vez mais reduzidas, e áreas privadas de acesso restrito (SCHMITZ, MOTA, JUNIOR, 2009). No primeiro caso tratam-se de áreas públicas ou privadas nas quais pode-se entrar livremente para a coleta dos frutos. Nas áreas de acesso restrito, que têm se expandido colocando em risco a atividade de coleta da mangaba, vê-se uma recente alteração em razão do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR-NE, iniciado em 2005, que tem pavimentado um conjunto de transformações nas cidades litorâneas com profundo impacto nas áreas de restinga e mangues (EMBRAPA, 2015; JESUS, 2017).

---

<sup>4</sup> SERGIPE. Lei 7082, de 16 de Dezembro de 2010. Reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto-reconhecimento como critério do direito e dá outras providências

<sup>5</sup> CATADORES DE MANGABA. <http://portalypade.mma.gov.br/catadores-de-mangaba>

<sup>6</sup> Decreto 7.775 de 4 de julho de 2012. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e dá outras providências.

<sup>7</sup> Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.



**Mônica Vilaça da Silva**

A instalação hoteleira e outras mudanças na estrutura fundiária tem acontecido de forma simultânea à derrubada e queima das mangabeiras, ao estabelecimento de novas cercas, mudanças muito rápidas que fragilizam e dificultam o trabalho e têm atuado na insegurança dos modos de vida das catadoras de mangaba (SCHMITZ, MOTA, JUNIOR, 2009; JESUS, 2017; MOTA, SCHMITZ, JUNIOR, 2015). Este contexto tem-se traduzido em conflitos que confrontam a ação desenvolvimentista implementada pelo Estado e a reivindicação da preservação do território que compõe os modos de vida das comunidades tradicionais (SVAMPA, 2016). Território aqui se apresenta como espaço formado por identidades, conflitos e solidariedades em relação com um ecossistema produzido historicamente, atravessado por relações sociais e responsável por um processo permanente de elaboração de conhecimentos e saberes (DUBEX, MEDEIROS, VILAÇA, SANTOS, 2012).

As dinâmicas de trabalho das Catadoras de Mangaba evocam relações e sentidos que não são comportados pela teoria econômica que compreende um tipo específico de atividade, considera apenas a economia de mercado, e apresenta-se como um sistema ou estrutura social sob controle hegemônico de um paradigma (DURÁN, 2005; CARRASCO, 2006). Os modos de vida destas comunidades orientam-se por relações de trabalho integrados, que se estabelecem a partir de outras compreensões quanto às necessidades, cuidados e satisfação (CARRASCO, 2006), como ações populares de cooperação que atravessam a organização econômica hegemônica apresentando uma outra inteligibilidade da dimensão econômica (FRANÇA, LAVILLE, 2004).

A reivindicação do acesso à territórios que se atravessam em espaços públicos e privados, apresenta uma emergente discussão quanto as sobreposições de espaços, de regulações econômicas destes espaços e da produção e conflito de referenciais morais e éticos distintos. Estes são aspectos que provocam o olhar para uma dimensão moral na economia responsável pela “produção, distribuição, circulação e uso de sentimentos morais, emoções e valores, normas e obrigações no espaço social” (FASSIN, 2009, p. 1257) que aqui revelam-se em conflito. É interessante destacar que estes novos cercamentos dos bens comuns (HARVEY, 2006; FEDERICI, 2017) acontecem, para esta comunidade, em um período de retomada do desenvolvimentismo no Brasil que apresentou, simultaneamente, legislações que apontavam para a urgência de reconhecer a existência destas comunidades e uma dinâmica econômica



organizada a partir de novas formas de desapossamento de territórios e modos de vida (HARVEY, 2006).

Considerando esta problematização, a produção do trabalho desta comunidade tradicional e suas reivindicações pelo acesso aos territórios de trabalho apresentam uma provocação quanto à sentidos possíveis para o comum. Considerando o comum enquanto princípio político é possível evocar uma compreensão de corresponsabilidade, de reciprocidade, que permitiria a produção de comuns (DARDOT, LAVAL, 2017) podendo apresentar-se nos modos de vida das comunidades e povos tradicionais como elemento fundante de suas identidades construídas em relação com seus territórios de trabalho. Junto a esta experiência será possível problematizar e refletir como o comum se apresenta como bem coletivo, relações sociais e princípio político orientador de suas práticas (FEDERICI, 2017; DARDOT, LAVAL, 2017; SVAMPA, 2016).

Um outro aspecto relevante é a composição desta comunidade. As catadoras de mangaba é uma comunidade tradicional formada apenas por mulheres, provocando a necessidade de refletir como se organizam as relações de gênero desta comunidade tradicional quanto à tradição, aos modos de vida e aos sentidos morais e éticos que se revelam neste territórios de trabalho em conflito.

Este caminho empírico e teórico se propõe a analisar os sentidos da reivindicação política e ética do comum, presente nos conflitos de sobreposição de territórios a partir das relações entre as práticas de trabalho extrativista das catadoras de mangaba e do controle dos territórios de trabalho destas comunidades em razão da propriedade pública ou privada.

## **OBJETIVO GERAL**

Analisar como as práticas de trabalho extrativista das catadoras de mangaba, em relação com os conflitos territoriais decorrentes de uma negação dos territórios de trabalho, evidenciam enfrentamentos morais e éticos ante uma complexa reivindicação do comum.



### **Objetivos específicos**

- Discutir as compreensões e definições de trabalho construídas nas práticas de trabalho extrativista.
- Investigar os processos de produção e transformação de subjetividade pela comunidade tradicionais a partir dos conflitos quanto ao acesso aos territórios de trabalho;
- Refletir sobre a constituição e relação de territórios sociais diferentes e em conflito em uma mesma espacialidade.
- Sistematizar as compreensões sobre os comuns no diálogo com a economia solidária, a economia feminista e as teorias dos cuidados.

### **ESCOLHAS METODOLÓGICAS: REFERENCIAIS E INSTRUMENTOS**

Para a realização desta pesquisa identifiquei alguns desafios que se localizam nas escolhas políticas presentes nas permanentes lutas na produção do conhecimento. Nesta reflexão irei ancorar estes desafios em um diálogo com autoras que tem refletido a teoria e pesquisa feminista e cujas contribuições às ciências do conhecimento no campo das ciências sociais podem ajudar a compreender as problematizações aqui apresentadas.

Estas referências ajudam a justificar neste momento as escolhas quanto a tempo dedicado ao campo, como realizar estes processos de imersão, a definição e organização das ferramentas e instrumentos de investigação e o tratamento ao qual os diversos dados coletados devam ser submetidos. Desta forma a metodologia ocupa o lugar de articulação das diversas etapas, considerando desde a identificação do problema a ser investigado, a escolha das experiências para o desenvolvimento deste estudo, a necessidade do estabelecimento de compromissos políticos e teóricos com as mulheres e homens participantes da pesquisa, assim como as trilhas teóricas e conceituais mobilizadas para a análise. Todos estes são compreendidos como componentes metodológicos para esta pesquisa.

O problema aqui indagado propõe refletir sobre as *experiências* cotidianas de uma comunidade tradicional que se encontra em situação de conflito com racionalidades específicas que negam seus modos de vida. Com o reconhecimento da subjetividade nos processos de pesquisa retomo aqui a noção de experiência que se apresenta com muita frequência nas



**Mônica Vilaça da Silva**

denúncias feministas quanto à ausência da experiência das mulheres nos conceitos e teorias das ciências. Para Dubet (1994) a experiência evidenciaria características relevantes das práticas sociais, dentre estas, a heterogeneidade dos princípios culturais e sociais que organizam as condutas permitindo reconhecer assim os vários ‘pontos de vista’ que incidiriam na construção das identidades.

A experiência social seria uma construção que permitiria aos indivíduos gerir uma profunda fragmentação de lógicas e ações, tornando a experiência enquanto um conjunto de práticas, uma atividade cognitiva responsável pela construção do real, permitindo verificá-lo e experimentá-lo. Ao tomar as subjetividades dos sujeitos como uma atividade social que exige recusar tanto a ideia de uma submissão e ingenuidade quanto uma clarividência e plena consciência, a experiência se apresentaria não como um aspecto inerente dos indivíduos, ou origem de conhecimentos, mas sim como práticas sociais constitutivas dos sujeitos.

A autoridade atribuída a experiência adviria assim tanto de “poder confirmar o que já é conhecido, quanto perturbar o que parecia óbvio” (SCOTT, 1998, p. 320). A experiência sendo socialmente construída, apoiar-se-ia em definições coletivas, e sua existência exigiria o reconhecimento e a partilha com outrem. Scott reflete ainda que a experiência “é sempre e imediatamente algo já interpretado e algo que precisa de interpretação” (SCOTT, 1998, p. 324), assim compreender e analisar a experiência compartilhada por indivíduos permitirá compreender a explicação histórica, considerando que a experiência não seria reprodução ou transmissão, experiência não seria a origem da explicação, mas uma fonte a ser analisada.

Partindo desta compreensão torna-se importante um referencial metodológico que se localiza na articulação e na recuperação dos corpos nos processos de pesquisa, assim como, que afirme a importância da experiência na investigação. Não está se propondo aqui incorrer em um ‘estender e reinterpretar’ teorias e conceitos (HARDING, 1993, p. 9), mas considerar que emoções, afetos, e relacionalidade tornaram-se problemas incontidos pelos arcabouços teóricos utilizados, tornando-se importante abarcar as críticas desenvolvidas pela epistemologia feminista.

Recuperar o corpo na metodologia fala do reconhecimento do posicionamento e situação tanto da pesquisadora quanto das mulheres que participam dos processos de investigação. Em um diálogo com as comunidades tradicionais é necessário reconhecer e



**Mônica Vilaça da Silva**

reivindicar a pluralidade e posicionar-se, considerando que “posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas” (HARAWAY, 1995, p. 27). As morais e práticas poderiam ser tomadas nesta alegoria como ‘tecnologias’ que mediam as visões e, a disputa de como ver confronta estas tecnologias quanto as explicações racionais que produzem e permitem interpretar o mundo. Assim a objetividade para o feminismo se apresentaria como uma racionalidade posicionada, compreendendo a parcialidade e a localização como meios de outras conexões possibilitadas pelo conhecimento situado.

Dialogar com o conhecimento produzido pelas comunidades, diálogo este orientado por estas referências, aponta para uma investigação em profundidade com o uso de ferramentas dialógicas e de estratégias participativas. Serão necessários momentos de convivência nas comunidades através da pesquisa participante. Reivindicar a situacionalidade dos conhecimentos pede condições que revelem estes olhares específicos sobre a realidade e o cotidiano. Assim, aponto neste projeto a operacionalização da pesquisa através de trabalhos com grupo realizados em formato e dinâmica de oficinas, com o uso de cartografias temáticas e mapas conceituais, e linhas do tempo. O desenvolvimento dos processos de construção dos dados seria apoiado em referenciais da educação popular como a dialogicidade, a participação e horizontalidade dos processos, a valorização da cultura local, o reconhecimento dos saberes das e dos participantes e do sentido político do conhecimento produzido.

Esta identificação de estratégias de investigação busca reconhecer a parcialidade na produção do conhecimento estabelecendo um lugar privilegiado para os saberes daquelas e daqueles que participam do processo de pesquisa em relação com a pesquisadora. Esta afirmação não busca romantizar as posições de quem partilha suas experiências em um processo de investigação, mas estabelecer que “o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente” (HARAWAY, 1995, p. 36). Esta construção de uma objetividade corporificada e localizada seria possibilitada por uma consciência reflexiva da pesquisadora, esta consciência não seria construída por uma isenção de valores, mas pela explicitação e reconhecimento destes nos processos de interação entre pesquisadoras e pesquisadas e pesquisados (OLESEN, 2006; HARDING, 1993).

Sendo o conhecimento uma elaboração que se dá com o testemunho permanente do conhecimento do outro, dar a conhecer envolve confiança e exercício de autoridade. No caso



**Mônica Vilaça da Silva**

do conhecimento da pesquisadora em relações de investigação torna-se importante refletir como este é problematizado considerando que vivemos em uma sociedade que opera numa hierarquia institucionalizada de autoridade cognitiva. Revelar a dependência e interdependência do conhecimento epistêmico problematiza as hierarquias institucionais, veladas e invisíveis, que se apoiam em narrativas de independência e autonomia (LONGINO, 2012). A pretensa neutralidade de juízos seria revelada assim como uma confirmação de uma subjetividade exercida de forma ocultada nas relações de poder por uma ciência masculina e branca.

Somando-se aos trabalhos com grupos, serão realizadas entrevistas que busquem aprofundar aspectos específicos da investigação a serem identificados no percurso da pesquisa. A bibliografia identificada será paulatinamente confrontada com a realidade dos dados construídos buscando precisar as interpretações e análises possíveis. Além da coleta de dados junto as comunidades serão identificados órgãos, entidades e outras fontes que possam contribuir no desenvolvimento das reflexões.

Faz-se necessário destacar que tenho uma longa experiência com o uso e construção de ferramentas participativas e organização de processos de consolidação e sistematização de dados com grupos que remonta aos trabalhos realizados por mim ainda enquanto coordenadora do CFES-NE (GERVAIS; MEDEIROS; SILVA; VILAÇA, 2012; VILAÇA, GERVAIS, 2018; VILAÇA; BARBOSA, 2018; VILAÇA; NUNES, 2018). O processo de desenvolvimento metodológico da minha dissertação de mestrado também se apoiou na articulação de dados diversos, criando as condições para a consolidação de uma análise em profundidade. Assim, afirmo ser exequível a realização metodológica proposta, considerando também que ajustes podem ser necessários a partir da vivência do campo.

## **ATIVIDADES PREVISTAS**

A operacionalização da metodologia acima exposta considera a realização de oficinas em quatro povoados de municípios diferentes no litoral de Sergipe. Serão realizadas seis visitas, cada uma com quinze dias de duração, devendo trabalhar em cada visita com as quatro comunidades envolvidas. Desta forma cada comunidade receberá cinco visitas no decorrer do projeto.



**Mônica Vilaça da Silva**

As oficinas serão espaço de diálogo quanto às dinâmicas de trabalho, as referências de organização territorial, nas quais serão utilizadas ferramentas como produção coletivas de mapas e cartografias sociais que busquem dar relevo aos marcos físicos e simbólicos utilizados pelas comunidades. Para a produção das cartografias e mapas utilizarei caminhadas transversais que propõe a visita orientada a espaços de produção da vida pela comunidade e o registro dos sentidos atribuídos pelas mulheres aos espaços visitados.

Nas oficinas também serão utilizados painéis de consolidação (exercícios com tarjetas que buscam sistematizar coletivamente informações em torno de conceitos que guiam a investigação), conjuntamente com linhas do tempo que buscam recuperar coletivamente trajetórias e experiências vividas. Um importante suporte será a recuperação de vídeos e músicas produzidos pelas mulheres no decorrer de sua trajetória de organização. Nesta pesquisa também será utilizado o registro fotográfico para estabelecer uma base de dados visuais para a investigação.

Considerando que esta pesquisa apoia-se em uma metodologia qualitativa com ferramentas e instrumentos dialógicos e participativos, será importante realizar a transcrição das atividades com a atenção a aspectos pouco desenvolvidos que devam ser retomados, assim como, a questões e informações trazidas pelos grupos que extrapolam as indagações da pesquisa. A sistematização dos dados ocupa um lugar singular que permite o desenvolvimento da investigação.

Realizado o exercício de transcrever e sistematizar os dados, estes serão discutidos junto às referências teóricas de forma a produzir interpretações e análises quanto a realidade investigada. Este processo permitirá identificar a necessidade de aprofundar recortes específicos da investigação tanto no campo, quanto com relação aos referenciais teóricos.

Consolidar os resultados da pesquisa será também momento de identificar as contribuições possíveis desta pesquisa para a sociologia, mas em particular para as discussões da linha de pesquisa, Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento. Os resultados construídos serão organizados para devolução junto à comunidade reconhecendo sua participação no processo de investigação.



### Cronograma das atividades de campo

Atividades e ações	2020		2021	
	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
Construção dos instrumentos de investigação	X		X	
1ª visita para apresentação do projeto e diálogo com as lideranças nas comunidades – realização de entrevistas exploratórias – definição de calendário de visitas	X			
2ª visita – 1ª oficina com as 4 comunidades – construção de linhas do tempo das comunidades	X			
3ª visita – 2ª oficina com as 4 comunidades – caminhada transversal nas comunidades e produção de mapas e cartografias		X		
4ª visita – 3ª oficina com as 4 comunidades – produção de painéis e debates temáticos a partir dos conteúdos produzidos nas oficinas anteriores – realização de entrevistas		X		
5ª visita – 4ª oficina com as 4 comunidades – produção de painéis e debates temáticos a partir dos conteúdos produzidos nas oficinas anteriores – realização de entrevistas				X
6ª visita – 5ª oficina com as 4 comunidades – consolidação de dados com as comunidades e análise preliminar dos dados construídos				X
Análise dos dados construídos	X	X	X	X

### PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DO DOUTORADO

Este plano de trabalho busca explicitar as atividades necessárias para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa. Outras atividades ou ações poderão ser incluídas a partir das exigências que venham a se apresentar no processo.

#### Primeiro ano no Programa:

Realizar as disciplinas necessárias para o cumprimento dos créditos; Trabalhar na ampliação do levantamento bibliográfico; Elaboração de um plano de leituras e realização de fichamentos; Construção das ferramentas de investigação; Participar de eventos acadêmicos na área com



**Mônica Vilaça da Silva**

submissão de trabalhos; Realizar contato com as experiências envolvidas para informar e confirmar a investigação.

**Segundo ano no Programa:**

Avançar na revisão bibliográfica e fichamento de textos; Redigir artigos para publicação; Participar de eventos acadêmicos na área com submissão de trabalhos; Realizar duas imersões no campo considerando as duas experiências; Sistematização dos dados construídos; Início da redação do texto de qualificação.

**Terceiro ano no Programa:**

Realizar revisão bibliográfica e fichamento de textos; Redigir artigos para publicação; Sistematização e análise dos resultados; Finalização do texto preliminar com vistas ao exame de qualificação;

**Quarto ano no Programa:**

Sistematização e análise dos resultados; Revisão das leituras e fichamentos realizados; Realizar duas imersões no campo considerando as duas experiências; Redação do texto e preparação para a defesa da tese de doutorado

**Cronograma do doutorado**

Atividades e ações	2019		2020		2021		2022	
	1º sem	2º sem						
Realização das disciplinas para o cumprimento de créditos	X	X						
Leitura e fichamento da bibliografia	X	X	X	X	X	X		
Participação em eventos acadêmicos	X	X		X		X		
Produção de artigos para publicação	X	X	X		X			
Construção dos instrumentos de investigação		X	X					



**Mônica Vilaça da Silva**

Trabalho de campo em Sergipe			X	X		X		
Análise dos dados construídos			X	X	X	X	X	
Exame de projeto			X					
Exame de qualificação							X	
Redação da tese				X	X	X	X	X
Defesa da tese								X



Bolsas Funbio - Conservando o Futuro ANEXO I - Orçamento Detalhado						
CHAMADA N º 02/2019						
Título do projeto	ENFRENTAR CERCAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA O ACESSO À TERRITÓRIOS DE TRABALHO: a reivindicação do comum por catadoras de mangaba					
Nome do Proponente	Mônica Vilaça da Silva					
Instituição de Ensino e Programa	Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes / Programa de Pós-Graduação em Sociologia					
Tipo de Bolsa (Mestrado ou Doutorado)	Doutorado					
Total requisitado (R\$)	R\$					
Orçamento da Pesquisa						
Categoria de despesa	Descrição dos itens	Material será cedido para Instituição (Sim ou Não)	Quantidade	Unidade (un; litro; metro; dia; km)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Uso e consumo (descrever cada item)	fotocópias	não se aplica	1000	un.	R\$ 0,20	200,00
	impressão de fotografias - tamanho 10 cm por 15 cm	não se aplica	160	un.	R\$ 0,46	73,60
	impressão de fotografias - tamanho 30 cm por 45 cm	não se aplica	40	un.	R\$ 9,90	396,00
	resmas de papel officio A4	não se aplica	3	un.	R\$ 24,90	74,70
	pincel marcador atômico - cores azul e vermelho	não se aplica	2	cx.	R\$ 36,00	72,00
	cartucho HP 662 - preto	não se aplica	10	un.	R\$ 37,90	379,00
Serviço de Terceiros Pessoa Física	transcrição de áudios Serviço de Terceiros Pessoa Física	não se aplica	70	hora	R\$ 100,00	7.000,00
Viagens	Passagens aéreas: João Pessoa / Aracaju / João Pessoa	não se aplica	12	trecho	R\$ 700,00	8.400,00
	Hospedagem	não se aplica	90	diárias	R\$ 120,00	10.800,00
	Alimentação - almoço e jantar	não se aplica	180	refeições	R\$ 25,00	4.500,00
Equipamentos	máquina fotográfica - Câmera Sony Alpha A6400 Mirrorless com Lente 16-50mm	não	1	un.	R\$ 5.600,00	5.600,00
	Gravador De Voz Digital Sony Icd-PX240 C/ 4GB	não	1	un.	R\$ 208,00	208,00
<b>TOTAL</b>						<b>37.703,30</b>



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 6.040** de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Diário Oficial da União, 08 de fevereiro de 2007.

CARRASCO, C. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, M. J. (org.) **Estudios sobre género y economía**. Madrid : Ediciones Akal, 2006.

\_\_\_\_\_. La economía feminista: ruptura y propuesta política. In: CARRASCO, C. (org.) **Con voz propia: La economía feminista como apuesta teórica y política**. Madrid : La oveja roja, 2014. p.25-48.

**CATADORES DE MANGABA**. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:  
<<http://portalypade.mma.gov.br/catadores-de-mangaba>> Acesso em: 20 de julho de 2018.

CORAGGIO, J. Economia do Trabalho In: CATTANI, A. [et all]. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. P 26 – 30.

DARDOT, P. LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. 1ª ed. São Paulo : Boitempo, 2017.

DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa : Instituto Piaget, 1994.

DUBEUX, A. MEDEIROS, A. VILAÇA, M. SANTOS, S. (org) Sistematização de experiências de educação e economia solidária: o prazer desafiador da produção coletiva de conhecimentos In: **A construção de conhecimentos em economia solidária**: sistematização de experiências no chão de trabalho e de vida no Nordeste. João Pessoa : F&A Editora e Gráfica, 2012, p. 39-70.

DURÁN, M. A. Prologo. In: VARA, M. J. (org.) **Estudios sobre género y economía**. Madrid : Ediciones Akal, 2006.

EMBRAPA. **As catadoras de mangaba em defesa dos seus modos de vida**. Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2015



FASSIN, D. Les économies morales revisitées. **Annales HSS**, n° 6, p. 1237-1266. Novembre-Décembre, 2009. Disponível em:  
<[https://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ANNA\\_646\\_1237](https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ANNA_646_1237)> Acesso em: 04 de dezembro de 2017.

FEDERICI, S. **O feminismo e as políticas do comum**. São Paulo : N-1 Edições. 2017

FRANÇA, G. LAVILLE, J. L. Economia solidária : uma abordagem internacional. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas – SP, n. 5, p. 7-41, jan. 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos feministas**, Santa Catarina - ES, v 1, n 1, p. 7 – 32, jan./jun. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984/14483>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

HARVEY, David. O “novo imperialismo”: acumulação por desapossamento (Parte II). **Lutas Sociais**, [S.l.], n. 15/16, p. 21-34, jun. 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18770/13957>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

HIRATA, H. ZARIFIAN, P. Trabalho (o conceito de). In : HIRATA, H. LABORIE, F. DOARÉ, H. SENOTIER, D. (orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo : Editora UNESP, 2009, p. 251-255.

JESUS, P. S. **Tessituras, tramas e territorialidades das catadoras de mangaba na Barra dos Coqueiros – SE**. São Cristóvão : UFS. 2017, 180 fls. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente)

LAVILLE, J.-L., GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. [et all]. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.



LONGINO, H. Epistemologia feminista. In: GRECO, J. SOSA, E. (orgs) **Compêndio de epistemologia**. São Paulo : Edições Loyola, 2012, p. 505-546.

MOTA, D. SCHMITZ, H. JUNIOR, J. F. (Des) acordos quanto ao uso dos recursos naturais em um contexto de transformações fundiárias em Sergipe. **Ambiente & Sociedade**, Campinas – SP, n. 2, v. XVIII, p. 43-60, abr-jun 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n2/pt\\_1414-753X-asoc-18-02-00041.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n2/pt_1414-753X-asoc-18-02-00041.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2018.

OLESEN, V. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, N. LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SCHMITZ, H. MOTA, D. JUNIOR, J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. In: **Ambiente & Sociedade**, Campinas – SP, n. 2, v. XII, p. 273-292, jul-dez 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a05v12n2.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2018.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 16, set. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183>>. Acesso em: 23 de junho de 2018.

SERGIPE. **Lei 7.082** de 16 de Dezembro de 2010. Reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto-reconhecimento como critério do direito e dá outras providências. Disponível em : <<https://al.se.leg.br/Legislacao/Ordinaria/2010/O70822010.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2018.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. In : DILGER, G. LANG, M. FILHO, J. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao capitalismo**. São Paulo : Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.141-171.

VILAÇA, M.; GERVAIS, A. M. D. A pedagogia da autogestão na experiência do CFES/NE In: **Economia solidária, educação popular e pedagogia da autogestão**. Olinda : MXM Gráfica e Editora, 2018, p. 59-98.



Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Mônica Vilaça da Silva**

VILAÇA, M.; BARBOSA, K. As experiências das mulheres e sua relação com a educação popular em economia solidária In: **Economia solidária, mulheres e juventudes**. Olinda : MXM Gráfica e Editora, 2018, p. 67-107.

VILAÇA, M.; NUNES, J. As juventudes e a economia solidária In: **Economia solidária, mulheres e juventudes**. Olinda : MXM Gráfica e Editora, 2018, p. 11-62.